

Sexta Feira 13 na Central do Brasil

Em 6 de junho, comemoram-se os 60 anos do desembarque aliado na Normandia, o dia em que Hitler começou a perder. Festa na França vai reunir Bush, Blair, Chirac, Putin e Schroeder. O que o mundo aprendeu seis décadas e 60 milhões de mortos depois?

O comício da Central do Brasil, em 013 de março de 1964, foi um dos acontecimentos centrais da crise política que resultou no golpe civil-militar no final daquele mês. Ao apoiar a realização do evento, o presidente João Goulart se comprometeu com o programa reformista, aliando-se aos partidos e movimentos de esquerda. No entanto, sua atitude assustou poderosos grupos de direita. O comício, desse modo, acirrou o clima de radicalização política vivido pela sociedade brasileira.

João Goulart assumiu a Presidência da República em setembro de 1961, defendendo um conjunto de mudanças chamadas de "reformas de base". Com o apoio das esquerdas e dos grupos nacionalistas, as medidas visavam alterar as estruturas econômicas e sociais do país, permitindo um desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social. Entre as principais reformas constavam as bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária e universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas, e a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia também faziam parte do programa reformista. No entanto, Jango estava impedido de realizar as reformas. O sistema parlamentarista, votado às pressas pelo Congresso Nacional, retirou dele os poderes presidenciais.

Durante a maior parte de seu governo, Goulart tentou aproximar o Partido Social Democrático (PSD) do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Com os dois partidos formando maioria no Congresso Nacional, a estratégia do presidente era a de unir o centro e a esquerda. Com negociações, as reformas econômicas e sociais seriam implementadas por meios democráticos.



João Goulart, a esposa, Maria Theresa, o chefe do Gabinete Civil, Darci Ribeiro, e o líder do CGT, Oswaldo Pacheco, dividem o palanque no comício da Central. Discursaram também os governadores de Sergipe e Pernambuco, Seixas Dória e Miguel Arraes, e o então presidente da UNE, José Serra

No entanto, as esquerdas acreditavam que poderiam realizar as reformas sozinhas, sem alianças com os conservadores do PSD. A palavra de ordem era "reforma agrária na lei ou na marra". Os partidários da direita, por sua vez, não aceitavam o programa reformista do presidente, em particular a reforma agrária. Políticos anticomunistas e antigetulistas, latifundiários, empresários e militares golpistas articulavam-se para conspirar contra

o governo. No Estado

da Guanabara, o governador Carlos Lacerda pregava abertamente o golpe militar. Para todos eles, incluindo importantes facções da Igreja Católica, Goulart tinha o objetivo de implantar o comunismo no Brasil.

No início de 1963, Jango, com o apoio maciço da população que votou em um plebiscito, recuperou seus poderes presidenciais. Imediatamente apresentou sua plataforma de governo: o Plano Trienal. As metas eram as de combater a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico e, em um passo seguinte, implementar as "reformas de base". Contudo, os movimentos sindical, camponês e estudantil, junto com os partidos de esquerda, atacaram a proposta do governo, acusando-a de reacionária. Os empresários se dividiram, uma parte apoiando, outra reagindo contra. Diante de tantas resistências, o Plano Trienal fracassou.

A partir daí, os setores de direita e os grupos de esquerda radicalizaram, sobretudo quando o tema era a reforma agrária. Ambos negavam-se a ceder para alcançarem acordos em comum. A estratégia de Goulart de unir o PSD

com o PTB mostrara-se um fracasso e o presidente, aceitando o chamamento das esquerdas, resolveu se aliar em definitivo a elas. O seu programa de governo, a partir daí, seria resultado de um compromisso com o movimento sindical urbano, os trabalhadores rurais, o PCB e a ala radical do PTB, excluindo os setores de centro, a exemplo do PSD. O objetivo seria a implementação das "reformas de base". A aliança seria selada com um grande comício numa sexta-feira, dia 13 de março, na Central do Brasil, Rio de Janeiro. No evento, Jango daria início ao processo de reforma agrária, assinando o decreto da Superintendência da Reforma Agrária (Supra). Pela proposta, as terras em um raio de dez quilômetros ao longo das rodovias e ferrovias federais e aquelas beneficiadas ou recuperadas por investimentos do governo em obras de irrigação, drenagem ou açudagem seriam desapropriadas sem indenizações aos proprietários.

-----Quadro-----

As esquerdas acreditavam que poderiam realizar as reformas sozinhas, sem alianças com os conservadores do PSD. A palavra de ordem era "reforma agrária na lei ou na marra"

Nesse momento, porém, os contatos entre empresários, militares golpistas, alguns governadores de estados e parlamentares conservadores já estavam bem articulados no sentido de conspirar contra o governo. Com o anúncio do comício, diz o jornalista Carlos Castello Branco, "já não se tratava de resistir, mas de intervir no processo para liquidar uma situação tida como intolerável".

No início da tarde do dia 13, caravanas de trabalhadores se dirigiram para a Central do Brasil. Às 18 horas teve início o comício. Em algumas faixas, podia-

se ler: "Pedimos cadeia para os exploradores do povo"; "Jango. Assine a reforma agrária que nós cuidaremos do resto"; "Legalidade para o PCB"; "O povo de quem fui escravo não será mais escravo de ninguém"; "No dia 13 de maio de 1888, os pretos tiveram sua liberdade; no dia 13 de março de 1964 os pretos-trabalhadores terão a sua independência". Os primeiros oradores apoiaram o presidente, sobretudo por assinar o decreto da Supra. O governador do Sergipe, Seixas Dória, afirmou que "a revolução que pregamos é a que Cristo realizou na História da humanidade, Einstein no campo da matemática e que Jango fará na história do Brasil". Com uma intervenção radical, José Serra, presidente da União Nacional dos Estudantes, exigiu a extinção da "política de conciliação" do presidente Goulart. Após ressaltar a importância da reforma universitária,



Serra atacou aqueles que defendiam o fechamento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e exaltou, como uma realidade animadora no quadro político brasileiro, a presença da "classe dos sargentos que emerge para as lutas populares".

Miguel Arraes foi esperado com muita expectativa. Para o governador de Pernambuco, o povo "não suporta mais a manutenção dos privilégios das minorias. Toda a nação tem que estar unida no sentido de assegurar as medidas que redundem na conquista da independência econômica definitiva e liquidação dos grupos internacionais que nos esmagam".

As pessoas aplaudiam fortemente os oradores. Mas o que pensavam aqueles milhares de trabalhadores que foram ao comício? Os dizeres estampados nas

faixas certamente oferecem algumas respostas. No entanto, para a sorte do historiador, o governador Carlos Lacerda teve a mesma curiosidade. Utilizando as modernas técnicas de pesquisa de opinião, ele infiltrou na multidão uma grande e experiente equipe de pesquisadores profissionais. O resultado foi surpreendente: 95% do público apresentavam um pensamento legalista e reformista, bem como alto grau de politização; queriam eleições presidenciais em 1965, bem como as reformas de base, mas não admitiam o fechamento do Congresso e nem a reeleição de Goulart.

Os discursos eram radicais em defesa das reformas. Doutel de Andrade, líder do PTB na Câmara, afirmou que a solução para a crise brasileira era a "união do povo com o governo contra a burguesia reacionária e vingativa que está aniquilando os recursos do país, levando o povo para a miséria e para a fome". Para viabilizar as reformas, as esquerdas defendiam mudanças na Constituição. Outras lideranças, no entanto, exigiam que Goulart decretasse as "reformas de base" ignorando o Poder Legislativo.



Sob o forte calor holofotes do Exército, acesos assim que tomou a palavra, Jango falou de improviso e de forma franca, ao lado da mulher, durante uma hora e cinco minutos

Neste caso estava um dos oradores mais esperados: Leonel Brizola. Depois de dizer que "o povo não é um rebanho de ovelhas, que tem de concordar com tudo", ele defendeu a formação de um governo popular e nacionalista que representasse a vontade do povo. Para isso, seria preciso o fechamento do Congresso Nacional e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte como solução para o "impasse entre o povo e o atual Congresso reacionário". O novo parlamento deveria ser constituído por operários, camponeses, oficiais militares nacionalistas e sargentos.

Eram 20h46 quando João Goulart tomou a palavra diante de 200 mil pessoas. Sob forte calor e grande tensão emocional, ele falou durante uma hora e cinco minutos.

O presidente iniciou o seu discurso afirmando que usaria uma linguagem franca, que poderia surgir como rude para muitos, mas, no entanto, seriam palavras sinceras, de esperança e de coragem. Ele falou de improviso e,



"Além de muitos soldados armados de fuzis, alguns tanques foram distribuídos ao longo de toda a área do comício. As ameaças de atentado não passavam de rumores." Essa é a legenda original da fotografia do acervo do Correio da Manhã de 13 de março

segundo testemunhas, utilizou com brilhantismo os recursos da oratória, infundindo-lhes emoção. Após denunciar a indústria do anticomunismo, João Goulart citou a doutrina social do Papa João XXIII para negar que o cristianismo possa ser utilizado para garantir os privilégios de uns poucos. A paz social somente seria conquistada com a justiça social e não com

medidas repressivas contra o povo. Assim, ressaltou a necessidade de revisar a Constituição, pois o texto constitucional estava antiquado e superado, legalizando uma estrutura socioeconômica injusta e desumana. Na luta pela emancipação econômica do país, o governo continuaria ao lado dos operários, camponeses, militares, estudantes, intelectuais e empresários patriotas. "Sabemos muito bem que de nada vale ordenar a miséria neste país. Nada adianta dar-lhe aquela aparência bem comportada com que alguns pretendem iludir e enganar o povo brasileiro. Meus patrícios, a hora é a hora das reformas."

A seguir, explicou as medidas do decreto da Supra, comunicou a estatização de algumas refinarias privadas de petróleo e referiu-se à mensagem que enviaria, nos próximos dias, ao Congresso Nacional, propondo as "reformas de base". Com a solidariedade dos trabalhadores, concluiu, reafirmou o propósito inabalável de lutar pelas reformas: "Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil." Dias

depois, de fato, o presidente enviou uma mensagem ao Congresso Nacional. No texto, constavam as "reformas de base", sobretudo a tão esperada reforma agrária sem indenizações prévias em dinheiro.

Pesquisa realizada em pleno comício constatou que 95% do público aplaudiam as reformas, mas eram contra o fechamento do congresso e a reeleição de Jango

Daquela sexta-feira, dia 13 de março, até 1º de abril, o conflito político entre esquerdas e direitas tomou novos rumos. Não se tratava mais de saber se as reformas seriam ou não implementadas. A questão central era a tomada do poder e a imposição de projetos. Os partidários da direita tentariam impedir as alterações econômicas e sociais, sem preocupações de respeitar as instituições democráticas. Os grupos de esquerda exigiam as reformas, mas também sem valorizar a democracia. Como conclui a cientista política Argelina Figueiredo, a questão democrática não era preocupação da direita e da esquerda. A primeira sempre esteve disposta a romper com a legalidade, utilizando-a para defender seus interesses econômicos e seus privilégios sociais. A segunda, por sua vez, lutava pelas reformas a qualquer preço, inclusive com o sacrifício da democracia. Direita e esquerda, diz a autora, "subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências. Nenhuma delas aceitava a incerteza inerente às regras democráticas". Entre a radicalização da esquerda e da direita, uma parcela ampla da população brasileira apenas assistia aos conflitos — em silêncio